

GABRIEL CARDOSO DOS SANTOS FALEIRO

**HISTÓRIA DA IGREJA: MODERNA E
CONTEMPORÂNEA
ENTREGA 1**

ARUJÁ-SP

2025

GABRIEL CARDOSO DOS SANTOS FALEIRO

**HISTÓRIA DA IGREJA: MODERNA E
CONTEMPORÂNEA
ENTREGA 1**

Trabalho da disciplina de História da Igreja: Moderna e Contemporânea, solicitado pelo prof. Ms. Paulo Henrique Martins.

FLAM - FACULDADE LATINO AMERICANA

ARUJÁ-SP

2025

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	REFORMA PROTESTANTE E SEUS IMPACTOS INICIAIS	3
2.1	PRINCIPAIS REFORMADORES	3
2.1.1	Martinho Lutero	3
2.1.2	Ulrico Zuínglio	4
2.1.3	João Calvino	4
2.2	CONSEQUÊNCIAS TEOLÓGICAS E SOCIAIS DA REFORMA PROTESTANTE	5
2.3	REAÇÕES: CONTRARREFORMA E DESDOBRAMENTOS	5
	REFERÊNCIAS	8

1 INTRODUÇÃO

A Reforma Protestante representou em sua época, e ainda representa hoje, uma inconformação multifacetada e plural com a Igreja de Roma e seu relacionamento com suas vidas religiosas, sociais e políticas. Como Lindberg (2024) propôs, não temos como resumir a Reforma Protestante como, costuma-se convencionar, a apenas uma reforma. Este trabalho tem como objetivo resumir as principais ideias destas reformas e seus proponentes, e também dar o mínimo de contextualização necessária para que se denote as principais diferenças entre cada momento e entre cada reformador, além de seus fundamentos comuns.

2 REFORMA PROTESTANTE E SEUS IMPACTOS INICIAIS

2.1 PRINCIPAIS REFORMADORES

Apesar do entendimento de que a Reforma foi um produto de sua época, onde o descontentamento com a Igreja lado a lado com uma crescente forma de enxergar a vida de forma secular começou a transformar os pensamentos e atitudes da sociedade de maneira gradual, podemos apontar pessoas específicas que contribuíram de forma especial tanto para a fundamentação teológica quanto para a própria tomada de atitude ao se reclamar e demandar por reformas à Igreja e ao Estado. Nomes como Martinho Lutero, Ulrico Zuínglio, João Calvino, Guillaume Farel, John Knox, entre outros, se eternizaram na história cristã se envolvendo de diferentes formas neste empreendimento, algumas vezes, curiosamente, com diferentes opiniões acerca tanto da teologia quanto da práxis reformista.

2.1.1 Martinho Lutero

Nascido em 1483, na atual Alemanha, iniciou sua vida acadêmica na Universidade de Erfurt e posteriormente se tornou um monge depois de uma promessa feita a Santa Ana para que o poupasse durante uma perigosa tempestade. Por anos lecionou teologia, especificamente como professor de Bíblia, e também recebeu seu título de doutor em teologia. Para aprofundar suas lições, passou a estudá-la nas línguas originais. Foi durante estes estudos que se convenceu de doutrinas que definiriam a Reforma Protestante teologicamente, a justificação pela fé (*sola fide*) e a autoridade única e máxima das Escrituras (*sola scriptura*).

De acordo com Cairns (2008), Martinho revoltou-se quando entrou em contato com a venda de indulgências e um caso de corrupção envolvendo a consagração de um arcebispo que não teria idade para tal, e em 31 de outubro de 1517 pregou suas Noventa e Cinco Teses na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Apesar das Teses serem direcionadas a esses casos específicos de abusos, posteriormente Lutero admite que seria necessária uma ruptura para que o ideal de Igreja revelado no Novo Testamento fosse resgatado. Com suas Teses sendo traduzidas e se espalhando pela Europa e a continuidade da inquietação de Lutero em publicar panfletos

cada vez mais incisivos, tanto com denúncias quanto apelos a reformas estruturais e hierárquicas, a Igreja Romana responde com a bula *Exsurge Domine*, culminando em sua excomunhão.

2.1.2 Ulrico Zuínglio

Nascido em 1484 na Suíça, iniciou sua trajetória acadêmica na Universidade de Viena. Por muitos anos foi sacerdote de paróquia e capelão, servindo ao papado e à Igreja Romana. Por Cairns (2008), foi extremamente influenciado por Erasmo e pelo humanismo, afastou-se da teologia escolástica em favor da Bíblia em si. Foi servindo como pastor e capelão em uma comunidade da Suíça que entrou em contato com os mesmos abusos de indulgências que Lutero havia também observado além dos contínuos cenários de mercenários suíços mortos de forma violenta. Sua oposição aos abusos da Igreja de Roma se tornam públicos gradualmente, com Zuínglio ridicularizando Roma aos moldes de Erasmo, proibindo o serviço de mercenários a estrangeiros e declarando que díizimos não eram exigência divina mas uma questão de voluntariedade.

O desconforto das autoridades católicas diante de tais ações de Zuínglio os levaram a promover um debate público. Zuínglio então prepara seus 67 Artigos, onde confessava como Lutero a salvação pela fé e na autoridade máxima das Escrituras. O debate foi tanto um sucesso para suas ideias que ganharam condições legais na cidade, com Zurique já tendo os ensinamentos de Zuínglio como doutrinas de forma plena em 1525. Apesar de suas ideias terem sido aceitas de forma pacífica em Zurique, conforme foram sendo espalhadas pelos cantões da Suíça, as regiões mais rurais se mantiveram fiéis ao papa e em 1529 uma guerra aberta aconteceu entre os cantões protestantes e os cantões católicos. Zuínglio morreu em uma dessas guerras, quando juntou-se aos seus soldados em batalha completando sua carreira de capelão até o fim.

2.1.3 João Calvino

Como Cairns (2008) propôs, pode-se dividir a vida de Calvino em dois períodos: do seu nascimento em 1509 na França até 1536, momento que foi um estudante; e de 1536 até o ano de sua morte em 1564, que foi o líder de Genebra. Foi durante seus estudos em Paris que entrou em contato com ideias humanistas e também protestantes. Após a elaboração de um documento reformista, foi forçado a sair da França. Em poucos anos, na Basileia, finaliza sua obra de mais influência: *As Institutas da Religião Cristã*.

Em 1536, durante uma viagem a Genebra, foi convencido por Farel a ficar e se tornar ministro de ensino de Genebra. Suas reformas junto de Farel os levaram a um exílio entre 1538 a 1541, e quando os reformadores restabeleceram o controle de Genebra, convidaram Calvino a voltar à cidade. Durante seu tempo como ministro até sua morte, Calvino se dedicou na promulgação e manutenção das *Ordenanças Eclesiásticas*, que tratavam da divisão dos oficiais da Igreja de Genebra e delimitavam os campos de atuação destes oficiais. Neste momento se encontram as principais críticas a Calvino, que se davam no uso da força estatal na vida privada,

críticas essas que certamente são válidas mas que sempre devem levar em consideração os moldes da época quanto ao relacionamento da religião e da vida social. A convicção da religião do Estado ser obrigatória a todos era comum a protestantes e católicos.

Seu trabalho em Genebra transformou a cidade em um modelo protestante para diversos outros grupos protestantes na Europa e até na América. Suas *Institutas* também foram pivotais para a fé reformada ao ponto que, hoje em dia, o termo *teologia reformada* pode ser uma espécie de sinédoque onde quem discursa quer dizer, na verdade, calvinismo e não toda a pluralidade de pensamentos reformados.

2.2 CONSEQUÊNCIAS TEOLÓGICAS E SOCIAIS DA REFORMA PROTESTANTE

Por Shelley (2018), a reforma se afasta da perspectiva Agostiniana com o princípio da *justificação pela fé* tornando a justificação uma etapa necessária para a santificação, ao invés de ser alcançada através desta outra. Em termos práticos, é impossível para o homem que se torne justo a partir do seu próprio esforço. Essa mudança de paradigma foi radical e podemos identificar consequências sociais influenciadas por esse deslocamento teológico. Ora, entendendo então que o processo de santificação é posterior à dádiva da justiça, através da Graça, situações adversas que aconteçam na vida do crente não mais se tornam juízo divino cuja solução passa pela autoridade da Igreja; se tornam apenas situações onde todos estão sujeitos a passar pela natureza caída tanto da humanidade quanto da criação. Logo, a própria percepção dos protestantes e, posteriormente, da sociedade, para a solução de problemas que agora são encarados como naturais se volta para a própria natureza. Por exemplo, um doente agora deverá buscar um médico para se tratar e não a Igreja para se confessar.

Além disso, temos também a autoridade última e máxima das Escrituras. As consequências dessa doutrina se tornam óbvias: não mais a Igreja e o papa detém a autoridade, mas as próprias Escrituras revelam a si mesma e conferem autoridade a si. Aliado a afirmação do sacerdócio de todos os crentes como resultado da fé pessoal em Cristo (CAIRNS, 2008, p.263), a reforma atacou diretamente a hierarquia da Igreja e, conseqüentemente, também a organização política e social vigente que contrastava com as novas nações-estado. O ideal universal, católico, entrava em direto confronto com as reivindicações de jurisdição de seus governantes (CAIRNS, 2008, p.252).

2.3 REAÇÕES: CONTRARREFORMA E DESDOBRAMENTOS

As reações da Igreja Romana para lidar com a Reforma Protestante não devem ser vistas como propostas e ideias que surgem após as críticas dos reformadores, antes mesmo de Lutero já existiam movimentos renovadores dentro da Igreja Romana que, apesar de não chegarem a conclusões teológicas iguais aos reformadores, reconheciam e endereçavam problemas morais da Igreja que eram constantes e espalhados pela Europa. As iniciativas católicas a essa renovação

traziam como característica justamente a renovação pessoal, seria pela renovação da espiritualidade católica que a renovação da Igreja, tão necessária, seria realizada. Para Lindberg (2024, p.380), até mesmo esse movimento era alvo da crítica luterana:

É importante ressaltar que aquilo que o movimento de renovação católico inicialmente enxergava como uma virtude a ser inculcada e desenvolvida soava, para Lutero, como a própria coisa que precisava de reforma. [...] para o Reformador de Wittenberg, a única resposta do evangelho a uma piedade ineficaz baseada em mérito não era sua intensificação, mas sua abolição.

Também segundo Lindberg (2024), em 1555 se inicia de forma institucional a contrarreforma com o novo papa Paulo IV. Sua rigidez dogmática centralizou o movimento de renovação católico em repressão, se utilizando da proibição de livros e a Inquisição. Proibiram-se desde livros humanistas utilizados amplamente nas universidades até mesmo edições da Bíblia e dos Pais da Igreja. Essa censura perdurou por décadas e não existe exatamente um consenso se a censura teve o efeito contrário do que se pretendia ou se foi bem sucedida. Independente de seus efeitos quanto a disseminação de ideias, a proibição gerava insumo jurídico para que inquisidores pudessem perseguir de forma legal protestantes.

Declaração

Eu, Gabriel Cardoso dos Santos Faleiro, declaro que produzi este texto de maneira íntegra e original, sem recorrer ao plágio ou ao uso de inteligência artificial para sua criação. Todas as ideias, argumentos e referências foram desenvolvidos de forma honesta, garantindo que o conteúdo reflita exclusivamente meu próprio raciocínio e pesquisa.

REFERÊNCIAS

CAIRNS, Earle E. *O cristianismo através dos séculos: uma história da igreja cristã*. 3. ed. São Paulo - SP: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 2008. Citado 3 vezes nas páginas 3, 4 e 5.

LINDBERG, Carter. *História da Reforma*. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Thomas Nelson Brasil, 2024. Citado 2 vezes nas páginas 3 e 6.

SHELLEY, Bruce L. *História do cristianismo: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI*. 1. ed. Rio de Janeiro - RJ: Editora Thomas Nelson, 2018. Citado na página 5.